

Economia política, globalização e comunicação

César Ricardo Siqueira
Bolaño

Professor da Universidade
Federal de Sergipe

A chamada globalização é um elemento da atual transformação do sistema capitalista mundial que, tomado isoladamente ou numa perspectiva monodisciplinar, tende a tornar-se uma das palavras de ordem da ideologia neo-liberal.

A chamada globalização é um elemento da atual transformação do sistema capitalista mundial que, tomado isoladamente ou numa perspectiva monodisciplinar, tende a tornar-se uma das palavras de ordem da ideologia neo-liberal. A economia política marxiana e, em particular, a economia da comunicação e da cultura na sua versão crítica, podem dar uma contribuição importante no sentido de se evitar essa fetichização do fenômeno.

Luciano Coutinho destaca sete tendências principais da economia mundial nos anos 90, decorrentes da expansão do complexo eletrônico, base da chamada Terceira Revolução Industrial:

"1) o peso crescente do complexo eletrônico; 2) um novo paradigma de produção industrial – a automação integrada flexível; 3) revolução nos processos de trabalho; 4) transformação das estruturas e estratégias empresariais; 5) as novas bases da competitividade; 6) a 'globalização' como aprofundamento da internacionalização; e 7) as 'alianças tecnológicas' como nova forma de competição" (Coutinho, 1992, p. 71).

No que se refere à sexta tendência, que nos interessa mais de perto, o autor esclarece, *"deixando de lado qualquer sentido impreciso e vago - que, a pretexto da 'crescente interdependência' e da 'queda generalizada das barreiras econômicas', propugna pela abertura irrestrita das economias nacionais aos fluxos de investimento, comércio e tecnologia"* (idem, p. 81), que se trata, antes de tudo de uma etapa do processo de internacionalização, ao longo dos anos 80, caracterizada por três pontos: (a) *"um intenso processo de interpenetração patrimonial entre as grandes burguesias industriais e financeiras das principais economias capitalistas"*, decorrente da crescente interconexão dos mercados cambiais, financeiros, de

títulos e valores, *"facilitada pela 'desregulamentação' dos sistemas financeiros, com o objetivo de estimular os fluxos compensatórios de capitais necessários ao financiamento dos países cronicamente deficitários, especialmente os EUA"*. (Coutinho, 1992, p. 81); (b) a formação de oligopólios internacionais em várias indústrias importantes (como a automobilística, farmacêutica, eletrônica e de consumo), o que não é mais do que o aprofundamento, facilitado pela situação referida no item (a), da internacionalização competitiva dos grandes capitais americanos, europeus e japoneses que, desde fins dos anos 70, apontava para a concentração da concorrência mundial em poucas empresas (idem, p. 83); (c) *"estruturação de sofisticadas redes globais informatizadas de gestão, on-line, dentro de empresas multinacionais ou de empresas de alta tecnologia em processo de internacionalização, que permitam a prática de várias formas de sourcing global"*¹.

É evidente que essa estruturação de redes telemáticas globais por grandes empresas é consequência da própria internacionalização financeira e produtiva referida nos tópicos (a) e (b). Em qualquer caso,

1. Para suprimento de peças e componentes padronizados e de matérias primas, para detecção das preferências e das características dos mercados consumidores, ou o 'sourcing' de conhecimentos tecnológicos, incluindo recursos humanos qualificados. *"O 'sourcing' tecnológico tem sido apontado como causa principal da descentralização restrita das atividades de P&D das grandes empresas, que estabelecem centros de pesquisa em países onde a base científica e tecnológica é avançada para que funcionem como 'janelas' de acesso às inovações emergentes. Essas janelas podem, em certas oportunidades, funcionar como 'postos de vigilância' para detectar as trajetórias tecnológicas de empresas rivais e detonar a realização de esforços imitativos para evitar que um concorrente alcance uma distância expressiva num campo determinado. O 'sourcing' tecnológico é relevante, ademais, para o acúmulo de conhecimento de tecnologia de produção: o intercâmbio de métodos, técnicas e formas de organizar a produção com rendimento superior, inclusive através da rotação internacional da força de trabalho qualificada, portadora destes conhecimentos."* (Coutinho, 1992, p. 83).

a base para esses desenvolvimentos é a notável expansão das telecomunicações e dos grandes sistemas de processamento, armazenamento e transmissão de informações que vieram na esteira da revolução micro-eletrônica, responsável principal pela transformação tecnológica em curso.

Dois fatores de ordem técnica, em especial, afetam os sistemas de telecomunicações, criando, por outro lado, pressões para a mudança do modelo de monopólio público prevalecente, na Europa, até a década de 80: o desenvolvimento da telemática e a ampliação do número de sistemas de distribuição alternativos (satélites de difusão direta, sistemas de cabos de banda larga, fibras óticas, micro-ondas). Tudo isso abre a possibilidade de entrada de novos agentes no setor, ao permitir a oferta de uma gama enorme de serviços, tanto de uso doméstico, como empresarial. Garnham aponta um terceiro fator responsável pela desregulamentação: o desenvolvimento, na prática dos negócios, de operações transnacionais e multi-planta e, em especial, a internacionalização do setor financeiro, que transformam as telecomunicações em um recurso da mais alta prioridade para as empresas, tanto no que se refere aos custos, quanto à eficiência e à competitividade da firma (Garnham, 1985, p. 139 e seg.). Há ainda um quarto elemento, de ordem estratégica, que precisa ser enfatizado. Segundo o autor, a estreita relação entre monopólios nacionais de exploração e as indústrias nacionais de equipamentos, responsável pelo desenvolvimento virtuoso do setor no passado, foi-se tornando crescentemente problemática, dado o aumento dos custos de pesquisa e desenvolvimento, o que faz com que os mercados domésticos sejam insuficientes para a amortização do investimento necessário².

Podemos interpretar essas observações de Garnham à nossa maneira e dizer que as transformações macro-econômicas e macro-sociais que ocorrem neste momento a nível mundial, tornando o setor das comunicações, e especialmente as telecomunicações, um elemento

O que interessa ressaltar é a existência de uma forte correlação entre os movimentos de globalização da economia e de mudança estrutural dos sistemas de comunicação, a começar pela rede mundial de telecomunicações.

central para a rearticulação do padrão de desenvolvimento capitalista (terceiro fator), vêm sendo acompanhadas de mudanças de ordem tecnológica e econômica que obrigam cada ator individual (empresas e Estado em especial) a alterar estratégias e procurar novas alianças (quarto fator). Na corrida rumo ao terceiro milênio, cada concorrente procura sua própria alternativa. O processo global tem-se traduzido em uma importante abertura à concorrência e em transformações profundas nos modelos nacionais de regulação das telecomunicações. Os EUA encabeçaram essas transformações e o processo lá desencadeado a partir de 1984 pode ser tomado, não como um quinto fator, mas como uma espécie de determinante em primeira instância das mudanças que se processarão em seguida na Europa. O elemento central que desencadeia todo processo é o desmembramento da ATT, que rompe o equilíbrio do sistema internacional até então prevalecente, o qual garantia os monopólios nacionais públicos e privados das telecomunicações.

O que interessa ressaltar é a existência de uma forte correlação entre os movimentos de globalização da economia e de mudança estrutural dos sistemas de comunicação, a começar pela rede mundial de telecomunicações. Pierre Musso fala de uma tendência à construção de uma nova "economia-mundo", no sentido braudeliano ("*um espaço geográfico delimitado que dispõe de um centro em torno do qual se ordenam zonas intermediárias sucessivas*"), associando a América do Norte, a Europa e o Japão. A solução inter-

na encontrada para a ATT nos EUA é, para o autor, um tipo de micro-deslocamento que provoca macro-transformações a nível internacional. Assim, um elemento central na constituição dessa nova "economia-mundo" é a instalação pela ATT da sua *Worldwide Intelligent Network*, "constituída de ligações por cabos submarinos em fibra ótica, transatlânticos ... e transpacíficos ... [que] permitirão oferecer uma gama de serviços numéricos de comunicação de empresa no eixo EUA-Japão-Europa" (Musso, 1989, p. 326).

Nessas condições, o resultado do processo de "trans-regulação"³ nos EUA pode ser entendido nos seguintes termos: "*esta força de choque ATT-IBM, desdobrada a escala internacional aparece a posteriori como uma das condições de realização*" da referida economia-mundo (idem, p. 327). Fica patente o caráter estratégico, crucial para os interesses americanos, que a solução envolve:

"Os dois grandes grupos americanos, ATT e IBM, estavam ausentes do mercado mundial das telecomunicações; eles entram aí de agora em diante com força, poderosamente auxiliados pelas pressões de Washington e pela baixa do dólar. A administração Reagan, seguida pelos liberais de todas as nacionalidades, fez, a partir de 1982, uma verdadeira campanha política na Europa, no Japão e no terceiro mundo sobre o tema... Para Washington, as telecomunicações, os dados, as imagens, devem ser considerados como mercadorias como qualquer outra. As regras da livre troca devem ser a eles aplicadas e os Estados não podem pôr entraves à sua livre circulação. Esse tema

2. Essa situação levou analistas industriais a preverem que, em meados dos anos noventa, apenas três companhias dominarão o mercado mundial de equipamentos de computação. A percepção dessa tendência leva, segundo Garnham, tanto a ações para a criação de um mercado unificado na área por parte da CEE, quanto a acordos bilaterais, como o que existe entre a França e a Alemanha na provisão de telefones, ou entre a França e a Grã-Bretanha em aparelhos de comutação digitais, quanto, finalmente, às relações que a ATT procurou estabelecer com firmas européias, como Philips e Olivetti (Garnham, 1985, p. 139 e seg.).

3. Expressão mais adequada do que desregulação ou desregulamentação, já que se trata da substituição de um modelo de regulação setorial por outro, com outras características não necessariamente 'menos regulado' nem menos regulamentado (ver também Bolaño, 1992).

da liberação dos serviços foi então inscrito na ordem do dia do GATT" (Giraud, 1989, p. 273).

As vantagens dos EUA na área são inquestionáveis, seja pelo lado da importância do seu mercado interno, seja, principalmente, pelo peso tanto dos seus construtores quanto dos seus exploradores de redes. Assim sendo, a exportação do seu novo quadro regulamentador, forçando a liberalização no resto do mundo, tem sido insistentemente o objetivo dos norte-americanos, não apenas no GATT, mas em todas as instâncias internacionais.

Mas, se isso é verdade, não se pode esquecer, por outro lado, que o paradigma do imperialismo é bastante limitado para explicar a situação atual e que a questão não se reduz em absoluto ao que ocorre com os interesses norte-americanos. Antes, é preciso lembrar que a interpenetração capitalista em larga escala apontada acima⁴ "tem funcionado como fator de aglutinação internacional dos interesses das 'superburguesias' nacionais"⁵, a favor das quais, é bom que se lembre, caminham, antes de mais nada, as atuais transformações do sistema, inclusive aquelas ligadas à relativa redução do poder do Estado e seu redirecionamento. A globalização é, acima de tudo, um movimento do capital, que aparece sob o manto do chamado neo-liberalismo, mas cujo significado vai além dessa mera aparência, a qual apenas traduz, ao nível ideológico, uma mudança estrutural bem mais profunda.

Esse movimento de expansão, tão evidente no que se refere, por exemplo, ao capital financeiro ou à grande empresa oligopolista, suscita questões sobre o que ocorrerá no campo da cultura e da comunicação em sentido estrito, na medida em que o desenvolvimento dos mega-sistemas de informação, criados para servir ao processo de acumulação do capital, serve de base para uma forte internacionalização da Indústria Cultural, internacionalização, aliás, que é sua marca de origem, ainda que persistam, nesse setor, impedimentos muito maiores à globaliza-

A globalização é, acima de tudo, um movimento do capital, que aparece sob o manto do chamado neo-liberalismo, mas cujo significado vai além dessa mera aparência, a qual apenas traduz, ao nível ideológico, uma mudança estrutural bem mais profunda.

ção do que naqueles anteriormente citados.⁶

Podemos recorrer novamente a Garnham, desta vez ao seu artigo "Contribution to a Political Economy of Mass Communication"⁷, fundador daquilo que poderíamos chamar de escola inglesa da economia da comunicação e da cultura⁸, para localizar adequadamente a problemática geral da Indústria Cultural. Garnham parte de uma crítica à insuficiência das abordagens marxistas convencionais ao tema dos meios de comunicação de massa, dirigida mais explicitamente a Miliband, que encara os meios como um instrumento de manipulação ideológica a serviço da classe no poder (que os utiliza diretamente ou através do Estado), mas que atinge também a posição althusseriana que, para o autor, não representa nenhum progresso em relação ao funcionalismo simplista do primeiro. O erro de ambos decorreria de uma aceitação não problemática do modelo de estrutura e superestrutura procedente, segundo o autor, de uma leitura parcial da "Ideologia Alemã" que, para rechaçar o economicismo, acaba por propor uma autonomia da superestrutura e, dentro dela, dos níveis político e ideológico, que chega a eliminar em maior ou menor medida a dimensão econômica do problema⁹. Essas perspectivas desenvolvem corretamente, para o autor, as "intuições" da escola de Frankfurt sobre a importância da superestrutura e da mediação, mas prescindem de um elemento crucial da posição original de Adorno e Horkheimer:

4. E que "pode ser visualizada pela posição líquida "devedora" do grande capital americano 'vis-à-vis' os seus competidores: isto é, o total de ativos de propriedade americana no resto do mundo é, desde 1986, inferior ao total de ativos sob controle estrangeiro nos EUA. Isso se deve, principalmente, aos pesados influxos de investimentos japoneses e europeus na economia americana. Paralelamente, efetuarão-se significativos investimentos japoneses na Europa." (Coutinho, 1992, p. 82)

5. "Por exemplo, uma 'derrocada' do mercado de capitais ou do mercado financeiro norte-americano não apenas afeta a burguesia dos EUA mas também impõe perdas significativas para os grandes capitalistas japoneses e europeus que detêm parte não desprezível da propriedade desses ativos naquele país. Uma hipótese a ser pesquisada, a respeito das forças atuantes por trás da maior cooperação e coordenação das políticas econômicas nos últimos anos entre as principais economias capitalistas, talvez tenha origem no avanço da interpenetração patrimonial acima descrita." (Coutinho, 1992, p. 82)

6. É por isso que Ortiz se vê obrigado a distinguir os termos "global" e "mundial": "Empregarei o primeiro quando me referir a processos econômicos e tecnológicos, mas reservarei a idéia de mundialização ao domínio específico da cultura. A categoria 'mundo' encontra-se assim articulada a duas dimensões. Ela vincula-se primeiro ao movimento de globalização das sociedades, mas significa também uma 'visão de mundo', um universo simbólico específico à civilização atual. Nesse sentido ela convive com outras visões de mundo, estabelecendo entre elas hierarquias, conflitos e acomodações. Por isso, prefiro dizer que o inglês é uma 'língua mundial'. Sua transversalidade revela e exprime a globalização da vida moderna; sua mundialidade preserva os outros idiomas no interior deste espaço transglóssico". (Ortiz, 1994, p. 29)

7. O artigo foi publicado pela primeira vez em 1979 na "Media Culture and Society" (1979 b), ainda que uma versão preliminar (bem menor) tenha aparecido em janeiro desse mesmo ano na revista italiana *Ikon*, sob o título "La cultura comme merce" (1979 a), republicada posteriormente na citadíssima coletânea de Richeri (1983). Por comodidade, utilizarei aqui os dois artigos, o primeiro deles na sua versão mais recente, que inclui um *post-scriptum* sobre "a economia do tempo", além de outro artigo (1990) que o autor incluiu como uma espécie de introdução ao seu livro de 1990, onde se encontra também o importante artigo sobre Bourdieu (1980), escrito em parceria com Raymond Williams.

8. Além do grupo que se articula em torno da revista "Media, Culture and Society", entre os quais se destacam N. Garnham, P. Schlessinger e J. Curran, não se poderia esquecer autores como G. Murdock e P. Golding. Na verdade, não há diferenças fundamentais entre o grupo da referida revista e o dos economistas franceses no que se refere à caracterização da produção cultural e, inclusive, à distinção entre editorial e *flot*, adotada, por exemplo, por R. Collins, N. Garnham e G. Locksley em um interessante livro sobre a televisão britânica (1988), no qual fazem referência aos trabalhos de Flichy e do grupo de Miège a esse respeito. Para uma discussão relativamente exaustiva da escola francesa, vide Bolaño, 1993.

9. Note-se que o autor não nega a metáfora da base e super-estrutura. Adota-a apenas em termos diferentes daqueles de Miliband e Althusser. Assim, "a condição necessária para uma formação social capitalista é a existência de uma mais ou menos universal dominação das relações sociais pela relação mercantil" (Garnham, 1979, p. 22), afirmação que constituiria um postulado a um tempo

"No capitalismo monopolista a super-estrutura se industrializa, é invadida pela estrutura, e a distinção entre estrutura e super-estrutura não é respeitada, mas isso não porque, como tendem a pensar os pós-althusserianos, a estrutura tenha se transformado em um novo discurso superestrutural autônomo, mas porque a super-estrutura é englobada pela estrutura¹⁰ ... A debilidade real da posição da Escola de Frankfurt não radicava no fato de que seus representantes não concedessem a devida importância à estrutura ou à economia, mas no fato de que não levavam suficientemente em conta a contraditoriedade da natureza econômica dos processos observados por eles, ao ponto de considerar a industrialização da cultura como a-problemática e irresistível. Os que vieram depois, enquanto criticavam, justamente, a escola de Frankfurt pela ausência de uma concreta análise de classe ..., paradoxalmente multiplicaram aquele erro original desenvolvendo suas teorias sobre a consistência da super-estrutura" (Garnham, 1979 a, p. 22 e seg.)¹¹.

Assim, é preciso, seguindo a correta intuição dos frankfurtianos, reconhecer que os meios de comunicação de massa são entidades econômicas que cumprem uma função econômica direta (produção e distribuição de mercadorias) e uma função econômica indireta (publicidade) e que sua característica no capitalismo monopolista é a "instauração de um domínio político e ideológico através do econômico". A frase é lapidar.

Se o homem é um ser essencialmente social (um *communicating animal*), as estruturas sobre as quais as relações humanas se estabelecem "são criadas e sustentadas pela troca de significados ou de formas simbólicas"¹². Um elemento crucial da economia política da comunicação e da cultura reside, para o autor, no fato de que "todas as formas mediadas de comunicação envolvem o uso de recursos materiais escassos e a mobilização de competências e disposições que são elas próprias determinadas" pelo acesso a esse tipo de recursos e que "a compreensão que nós temos do mundo e, assim, nossa habilidade para transformá-lo, serão por seu turno determi-

A submissão da produção cultural à lógica capitalista não é em absoluto ideologicamente neutra, mas está marcada por contradições de toda ordem, opondo capital e Estado, capital e trabalho ou, em especial, formas capitalistas e não capitalistas daquela produção.

nados pelo modo em que o acesso e o controle sobre esses recursos escassos são estruturados" (Garnham, 1990, p. 6 e seg.)¹³.

A cultura deve ser analisada, do ponto de vista do materialismo histórico, com base na distinção entre dois momentos diferentes mas relacionados. O primeiro é aquele analisado por Marx e Engels na "Ideologia Alemã" sob a expressão "controle dos meios de produção mental". Neste caso, a cultura é tomada como "um fenômeno super-estrutural em relação a modos não culturais de produção material, isto é, de um lado, a produção cultural hegemônica ou dominante, paga pelo rendimento dos capitalistas e, de outro, uma cultura operária subordinada ou de oposição, paga pelos salários" (Garnham, 1979 b, p. 32). A esse primeiro momento sobrepõe-se um segundo, característico do capitalismo monopolista, em que a cultura é ela própria parte da produção material. É a este segundo momento, caracterizado pelo controle por parte do capital dos meios de produção cultural, que Adorno e Horkheimer se referem quando colocam a idéia de industrialização da superestrutura.

Garnham lembra Marx, citando e discutindo uma passagem em que este afirma que a produção capitalista de bens culturais só é possível sob limites muito estritos para, em seguida, relacionar alguns dos mecanismos utilizados para contornar o problema¹⁴, mostrando que todos eles são limitados¹⁵. Marx obviamente não dispunha de elementos para prever o surgimento e a ex-

histórico e metodológico. E mais: "o postulado central do materialismo histórico é que o homem, enquanto organismo biológico, deve manter um constante intercâmbio material com a natureza e é esse intercâmbio que se chama trabalho" (idem). Assim sendo, ainda que, historicamente, a relação entre trabalho e natureza seja crescentemente mediada, tornando a análise do modo de produção cada vez mais complexa, não se altera o fato de que "é somente a mais valia produzida por esse trabalho que possibilita a persecução de outras formas de atividade humana. Assim, a super-estrutura permanece dependente da e determinada pela base da produção material neste sentido muito fundamental" (idem).
10. Essa postura se tornou programática para o conjunto da economia da comunicação e da cultura. Zallo, por exemplo, retoma a idéia de um apagamento da fronteira entre infra e super-estrutura, afirmando que "a comunicação e a cultura formam crescentemente parte da base produtiva que sustenta o capitalismo avançado", de modo que "faixas crescentes de trabalho improdutivo tornam-se produtivo por extensão do modo de produção capitalista e dos marcos de valorização do capital" (Zallo, 1988, p. 8 e seg.).

11. A adesão, nesses termos, ao referencial de Frankfurt está ligada a uma preocupação, que o autor explicita em trabalho bem mais recente, de retomada do projeto iluminista de entender e de transformar o mundo de acordo com uma perspectiva racionalista que coloca o destino dos homens em suas próprias mãos, dando ênfase aos conceitos de progresso, história, totalidade. Para o autor, o aspecto crucial do desenvolvimento do projeto iluminista pelo marxismo reside na relação entre "o desenvolvimento das condições materiais para a liberação do homem" e "as condições simbólicas para a formulação e a realização do projeto de liberação" (Garnham, 1990, p. 5). A linha de raciocínio do autor a esse respeito é, mais do que frankfurtiana, essencialmente habermassiana.

12. Esse "processo social geral de produção, circulação e apropriação de formas simbólicas" é que forma, para o autor, o campo específico dos media studies (Garnham, 1990, p. 8 e seg.).

13. O desenvolvimento das tecnologias de comunicação faz com que a interação cultural se dê essencialmente através do acesso e controle desses recursos culturais escassos, mobilizados por instituições especializadas. O objeto de estudo da economia da comunicação e da cultura deve ser, justamente, "a forma assumida por esse conjunto de processos culturais institucionalizados no interior das formações sociais capitalistas", sem esquecer que a própria troca de mercadorias é baseada num "sistema institucionalizado de produção cultural, com uma forma simbólica, o dinheiro" (Garnham, 1990, p. 9 e seg.).

14. O autor discute cinco meios principais: o *copyright* como forma de mercantilizar a informação, o controle do acesso ao consumo, a obsolescência planejada através da manipulação do tempo, a "criação, embalagem e venda ... de audiências para anunciantes" e o patrocínio público (Garnham, 1979 b, p. 40). A análise se aproxima muito daquela da aleatoriedade da realização de mercadoria cultural, apontada pela escola francesa. (Bolaño, 1993)

15. A conclusão é que "a natureza específica da forma mercadoria na produção cultural leva a um constante problema de realização e, assim, a uma pressão em dois sentidos, tanto em direção ao financiamento publicitário como ao financiamento estatal" (Garnham, 1979 b, p. 40). Mais adiante, já no *post-scriptum* de 1990, o autor volta à questão da publicidade, lembrando, de forma singela mas extremamente contundente, um aspecto muitas vezes menosprezado do problema: "não podemos olhar o desenvolvimento da

pansão da produção capitalista de cultura que, no século XX, passa a ser feita em larga escala. O fato é que, desde a sua implantação, a lógica do capital extrapola progressivamente o campo da produção material e invade todos os setores da vida. Com a Indústria Cultural, o capital se alça à superestrutura e a própria produção cultural adota a forma mercadoria. Mesmo que se tratasse de um fenômeno isolado, seu significado seria ainda fundamental porque, sendo capital, a Indústria Cultural, um elemento do campo simbólico do capitalismo avançado, carrega ela própria a contradição essencial da forma capital.¹⁶ Se ela não esgota em absoluto a problemática da cultura sob o capitalismo, tampouco pode-se dizer que se trata de um fenômeno periférico, como parecia pensar Marx.¹⁷

Assim como a globalização não é outra coisa senão o auge da internacionalização do capital monopolista, a Indústria Cultural é o ponto de partida para a constituição de uma cultura capitalista mundial que se expande, a partir de sua matriz originária (o cinema americano), fruto ela própria das possibilidades abertas pelo desenvolvimento anterior das técnicas de reprodução de que falava Benjamin. Essa expansão é possível porque o sistema no seu conjunto acabou por configurar sobretudo depois da segunda grande guerra, um modo de regulação no interior do qual a propaganda e a publicidade (esta última de forma crescentemente predominante a partir dos anos 60) têm um papel fundamental para garantir a legitimidade do Estado e para responder a certas necessidades do próprio processo de acumulação do capital (Bolaño, 1993). Nessas condições, a globalização produtiva leva necessariamente à globalização da publicidade e, com ela, da cultura industrializada que lhe serve de suporte.

A submissão da produção cultural à lógica capitalista não é em absoluto ideologicamente neutra, mas está marcada por contradições de toda ordem, opondo capital e Estado, capital e trabalho ou, em especial, formas capitalistas e não capitalistas daquela produção. Este último tipo de oposição tem uma im-

Assim como ao absolutismo sucedeu-se, após a Revolução Industrial, o Estado liberal do capitalismo concorrencial, pode-se supor que à centralização estatal do capitalismo monopolista suceder-se-á, após as mudanças estruturais em curso, uma fase de expansão inusitada de um capitalismo total que repõe o fundamento negado na fase imediatamente anterior. Essa é a base concreta da ideologia neoliberal.

portância significativa inclusive na determinação das formas de luta entre capital e trabalho no interior da Indústria Cultural. Garnham, por exemplo, lembra que são comuns, na esfera da produção cultural, formas pré-capitalistas como a produção artesanal ou as pequenas firmas independentes, o que pode ser funcional ao capital, que detém os meios necessários à reprodução e distribuição em larga escala dos produtos culturais e pode servir-se desse tipo de instituição para reduzir riscos¹⁸. Da mesma forma, toda a discussão sobre as especificidades da mercadoria cultural que a escola francesa realiza está baseada na idéia da sobrevivência de uma certa precedência do trabalho cultural, herança da obra de arte única da cultura burguesa original.

Essa subsunção parcial do trabalho cultural no capital, do meu ponto de vista, não deve ser vista tanto como impedimento à expansão da lógica capitalista, mas fundamentalmente, pelo contrário, como um limite móvel, cuja superação traça uma trajetória de adequação progressiva entre as exigências da acumulação capitalista e as resistências do campo da cultura. É claro que o resultado dessa tendência não pode ser previsto com precisão, mesmo porque há assimetrias fun-

damentais entre os diferentes setores de produção cultural mais ou menos industrializada.

Deixando de lado esse problema, podemos extrapolar a idéia para além do campo estrito da Indústria Cultural, considerando o conjunto do trabalho intelectual¹⁹ e levantando a hipótese de que o que vivemos

publicidade como meramente funcional para o capital em geral, mas também como uma resposta no interior do próprio setor de imprensa para seus próprios problemas de realização" (p. 48). Para Garnham, sempre que deixarem de existir as condições necessárias para que a produção cultural tenha a capacidade ela própria de extrair a mais valia necessária à sua reprodução (a existência de capital excedente procurando oportunidades de valorização e, de outro lado, condições de rentabilidade suficientes no setor cultural), a continuidade dos processos culturais exigirá transferências de recursos via distribuição de mais valia global, o que pode ser feito por intermédio de capitalistas individuais, grupos, fundações, etc., ou através do Estado. Assim "sob o capitalismo, os meios da produção cultural podem ser fornecidos tanto na forma mercadoria, como parte do processo de acumulação do capital (ex.: discos); quanto como parte do processo de realização de outros setores da economia capitalista (ex.: publicidade); quanto diretamente através da renda dos capitalistas (ex.: patrocínio das artes); quanto através do Estado. Cada um dos meios acima de distribuição do excedente para a esfera cultural afetará diferencialmente os meios através dos quais a classe dominante controla os meios de produção cultural. Diferentes contradições entrarão em jogo, contradições que necessitam ser especificamente analisadas em cada caso" (Garnham, 1979 b, p. 42 e seg.)

16. Já tive a oportunidade (Bolaño, 1993) de formular uma proposta relativamente ampla de desenvolvimento de uma teoria marxiana da Indústria Cultural, entendida como forma especificamente capitalista de produção cultural, prevalecente na fase do chamado capitalismo monopolista.

17. Na passagem citada por Garnham, Marx fala em dois tipos de "produção não material": uma que resulta em mercadorias que têm uma existência separada do produtor (livros, pinturas e outros tipos de produtos artísticos) e outra cujo produto não se separa do ato de produzir. Neste caso, cita o trabalho do médico e do professor. Em ambos os casos, a produção capitalista seria possível apenas de modo muito limitado (como no caso de escultores que empregam assistentes, ou em instituições de ensino onde "o professor pode não ser mais do que força de trabalho para o empresário da *learning factory*", ou ainda quando produtores culturais independentes trabalham para um capitalista mercantil, o que só tende para um modo de produção capitalista "no sentido formal"). De qualquer forma, Marx considera o fenômeno como periférico, podendo ser "ignorado quando se considera a produção capitalista como um todo" (Garnham, 1979 b, p. 39).

18. Além disso, "a ideologia de criação pode ser usada pelo capital para manter a força de trabalho dividida e fraca e sem controle sobre os momentos estratégicos do processo de trabalho total" (Garnham, 1979 b, p. 37).

19. Incluindo, por exemplo, o trabalho dos informáticos, educadores, etc, bem como a tendência atual ao aumento da qualificação do operário industrial.

hoje é um momento tão importante da história do capitalismo como foi o da Revolução Industrial no século XVIII. O que se apresenta diante de nossos olhos pode ser entendido como a gênese de um capitalismo total, ponto de chegada de um longo processo de transformações. Nesta nova situação que se desenha, as formas de manifestação das leis imanentes da produção capitalista podem ser radicalmente distintas e mesmo contraditórias em relação àquelas que prevaleceram até então, mas o fundamento de qualquer forma se impõe, o que torna mais atual do que nunca o estudo da contribuição marxiana.

É possível mesmo dizer, radicalizando a hipótese, que se, no capitalismo monopolista, como quer Habermas, entre outros, a intervenção generalizada do Estado “cujo objetivo inicial era universalizar a forma mercadoriana, termina por produzir um efeito de ‘expropriação parcial’ entre os proprietários do capital, fato que por sua vez ameaça as relações de troca entre possuidores de mercadorias” (Marra-mao, 1982, p. 166), o que ocorre hoje é justamente o inverso: uma reapropriação, também parcial, pelo capital, do terreno que teria sido “cedido” ao Estado na fase anterior. É isso que ocorre com o neo-liberalismo e a globalização em curso.

Para esclarecer melhor o ponto, é interessante citar a interpretação, muito próxima, nesse particular, de Habermas, que Rui Fausto faz do significado da existência de um setor produtivo estatal no capitalismo monopolista:

“A prioridade dos elementos do capital, pressuposição do capital enquanto tal, passa por uma mutação: ela não é mais assumida pelos capitalistas individuais mas pelo Estado ... É pois o caráter das pressuposições do capital que é modificado, a natureza do proprietário dos elementos do capital muda. Mais precisamente, é mais aqui de que no caso das sociedades por ações (em que o proprietário permanece proprietário) que se deve falar de expropriação dos capitalistas no interior do capitalismo, negação do capitalismo no interior do modo de produção capitalista. Com efeito, mais do que para o caso das sociedades por ações, se tem uma espécie de repetição da pretensa acumulação primitiva, que é na realidade uma

A globalização é fruto dessas condições. Do ponto de vista da produção, trata-se do movimento de internacionalização iniciado com a expansão das multinacionais americanas, inicialmente em direção à Europa e Japão e, em seguida, à América Latina e ao resto do mundo.

expropriação primitiva: a separação entre proprietários dos meios de produção e alguns desses meios – mas isto no interior do sistema ... Ter-se-ia aqui a expropriação dos expropriadores, no interior do capitalismo (isto é, em proveito de um novo tipo de capitalista” (Fausto, 1987, p. 326 e seg.).

Ora, se é possível falar-se, nessa situação, em uma acumulação primitiva nesses termos, pode-se concluir que o capitalismo monopolista, confirmadas as tendências atuais, representou, na história do capitalismo, um momento de centralização estatal que cria as condições necessárias à expansão do capital privado no momento posterior. Assim como ao absolutismo sucedeu-se, após a Revolução Industrial, o Estado liberal do capitalismo concorrencial, pode-se supor que à centralização estatal do capitalismo monopolista suceder-se-á, após as mudanças estruturais em curso, uma fase de expansão inusitada de um capitalismo total que repõe o fundamento negado na fase imediatamente anterior. Essa é a base concreta da ideologia neoliberal. Note-se que a conclusão é diferente mas não incompatível com a de Rui Fausto. O fato é que o que se vive hoje é a superação do capitalismo monopolista e uma certa inversão da tendência de questionamento do funcionamento do sistema sobre o qual Habermas insiste. O fundamento se repõe, mas o monopólio permanece, o que explica o caráter potencialmente catastrófico das crises decorrentes de movimentos descontrolados do capital financeiro internacional e remete,

mais uma vez, para o tema das possibilidades de ruptura do sistema.

Estou ciente de que a interpretação aqui sugerida foge em boa medida ao senso comum acadêmico no momento atual. Penso, como se pode deduzir do anterior, em uma segunda e não terceira onda, o que implica a necessidade de se definir as transformações estruturais em termos de uma revolução do modo de produção. Arrisco afirmar que essa revolução se dá justamente no movimento de subsunção do trabalho intelectual. Isso quer dizer que a classe operária do futuro será constituída de artistas, jornalistas, informáticos, educadores, engenheiros. Uma classe operária com alto poder de negociação e numericamente reduzida em relação a uma massa de excluídos, fruto da globalização também da miséria que diferentes autores têm apontado. A situação é obviamente muito distinta daquela vivida por Marx no seu tempo, mas os termos da equação permanecem em essência os mesmos.

Tomemos, por exemplo, a lei geral da acumulação capitalista. Marx é absolutamente claro ao apontar o mútuo reforço que se dá entre os processos de acumulação, concentração, centralização e aumento da concorrência. Por um lado, “a centralização completa a tarefa da acumulação, capacitando o capitalista individual a ampliar a escala de suas operações. É o mesmo efeito econômico dessa ampliação, decorra ela da acumulação ou da centralização. E tanto faz que a centralização se realize pela via compulsória da anexação ... ou mediante a fusão de capitais já formados ou em formação” (Marx, 1867, p. 728 e seg.). O sistema de crédito potencializa tanto essa centralização, fruto da “força de atração” existente entre os capitais individuais, quanto a acumulação, isto é, a concentração da riqueza social sob a forma de capital, o que está relacionado ao aumento do número de capitais individuais e, portanto, à “força de repulsão”, de fragmentação do capital social.

Essa dinâmica contraditória se resolve no interior de uma tendência expansiva, pautada por crises mais ou menos profundas, ligadas a mutações mais ou menos importantes do sistema. Uma dessas mutações, de

grande significado, derivada diretamente dos processos de concentração e centralização do capital descritos assim por Marx, se deu justamente com a reestruturação ocorrida a partir da crise de 1873 a 1896, momento da gênese do que acabou conhecido na literatura marxista como capitalismo monopolista.

Essa mutação, ligada ao desenvolvimento de um *cluster* de inovações tecnológicas de enorme amplitude, que se desdobraria ao longo do século XX, é fruto do surgimento da grande empresa capitalista, da sociedade por ações, do grande capital financeiro, ponto culminante dos processos operantes no sistema por todo o século XIX. As consequências dessa transformação qualitativa fundamental são enormes, afetando a economia, a política e a cultura mundiais, transformando os modos de vida, as visões de mundo das mais amplas massas, provocando guerras e catástrofes sociais inimagináveis, rompendo o equilíbrio de poder anteriormente conquistado e aparentemente tão sólido, fazendo surgir novas potências, novos sistemas, novas hegemonias.

Do ponto de vista do processo produtivo, prevalecerá o paradigma da produção em massa, o que exige consumo de massa e massificação da comunicação, para atender aos interesses da publicidade. Por outro lado, ao desenvolvimento da grande empresa e da linha de montagem, corresponde a expansão dos grandes sindicatos e dos grandes partidos políticos de massa, partidos operários ideologicamente constituídos, atores incontornáveis da cena política mundial. Ao final da Segunda Guerra Mundial, estabelece-se, finalmente, um padrão de desenvolvimento do sistema que permite, dado o chamado equilíbrio do terror entre os dois blocos opostos, uma expansão inusitada do sistema, puxada pelos setores de bens de consumo duráveis (especialmente automobilístico, eletro-eletrônico de massa e da construção civil, esta última fortemente apoiada nas políticas do *Welfare State*), baseada numa tecnologia estabilizada, num sistema de regulação estatal e de financiamento da produção e consumo compatíveis com o paradigma da massifi-

*Nessas condições,
a análise marxiana do
capitalismo mostra-se
da maior atualidade,
mesmo que, para ser
corretamente explorada,
seja necessário relê-la
Marx com os olhos postos
no século XXI e não,
obviamente, no XIX.*

cação. À absolutamente inédita hegemonia (economia, política, militar e cultural) dos EUA, no interior do bloco ocidental, correspondiam as responsabilidades do país enquanto detentor da moeda mundial e guardião da saúde do conjunto do sistema.

A globalização é fruto dessas condições. Do ponto de vista da produção, trata-se do movimento de internacionalização iniciado com a expansão das multinacionais americanas, primeiramente em direção à Europa e Japão e, em seguida, à América Latina e ao resto do mundo. A essa primeira expansão multinacional da grande empresa americana, segue-se a das empresas oriundas da Europa e do Japão. Do ponto de vista do capital financeiro, a globalização é também fruto desse período, em particular, das consequências dos déficits em balanço de pagamentos que os EUA passam a acumular a partir do final dos anos 60, cujo potencial destrutivo já foi comprovado mais de uma vez, inclusive durante o ano negro de 1982, quando o conjunto dos países endividados do terceiro mundo teve que se render à irresponsabilidade da política de retomada da hegemonia americana do governo Reagan.

Mas voltemos à lei geral da acumulação capitalista. O progresso técnico que acompanha, no longo prazo, o processo de acumulação se traduz, em consequência do aumento da composição orgânica do capital que o acompanha, no surgimento e expansão de um exército industrial de reserva, o elemento central da lei na formulação final de Marx:

"Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce portanto com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do súplico de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. Como todas as outras leis, é modificada em seu funcionamento por muitas circunstâncias que não nos cabe analisar aqui." (Marx, 1867, p. 747)

Ora, nas condições prevalecentes durante os gloriosos anos 30, parecia que essa lei já não se aplicava. Não apenas o desemprego desaparecera, como a classe operária conquistava, nos países desenvolvidos, padrões de remuneração e de bem estar que contrariavam a tese do crescimento da miséria com o avanço da acumulação. De fato, a argumentação de Marx é construída para explicar um mundo em que a classe operária cresce e tende a constituir a maioria da população, ao mesmo tempo em que o progresso técnico ameaça o emprego da maior parte desse classe. A ortodoxia marxista da Segunda Internacional estava baseada justa-

20. Sem romper completamente com essa perspectiva, o leninismo levanta a bandeira da aliança operário-camponesa, articulando a velha ortodoxia marxista com a tradição do populismo russo, para criar a nova ortodoxia, da Terceira Internacional, cuja efetividade se mostrou realmente impressionante, promovendo revoluções comunistas por todo o mundo, sempre em países que não poderiam ser considerados em qualquer hipótese como capitalistas desenvolvidos. De qualquer forma, foi possível encontrar em Marx apoio à tese de uma revolução socialista em países como a Rússia, como, por exemplo, na famosa carta a Vera Zasulich. Seja como for, o próprio Lênin procurou compatibilizar o seu pragmatismo revolucionário com a velha ortodoxia, formulando a conhecida tese das duas revoluções.

mente na perspectiva de uma evolução do sistema em que essa tendência levaria naturalmente ao amadurecimento da contradição fundamental e à revolução socialista, a qual, nessa perspectiva, só poderia ocorrer em países de capitalismo desenvolvido²⁰. Mas a evolução do sistema ao longo do século XX se deu de forma diferente daquela prevista por Engels, Kautsky e pelo próprio Marx.

As políticas Keynesianas adotadas a partir dos anos 30 garantem o pleno emprego, ao mesmo tempo em que a redução da massa camponesa não se dá em benefício do operariado industrial, mas de outros setores urbanos não ligados diretamente à produção. Aparecem as chamadas novas classes médias, a estrutura de empregos e de remuneração se complexificam, o funcionalismo público cresce na proporção do crescimento da importância do Estado como regulador e como produtor direto, surge uma nova classe trabalhadora, novos movimentos sociais, novas contradições. A nova estrutura social do capitalismo monopolista fica evidente sobretudo a partir dos revolucionários anos 60.

Enquanto isso, o comunismo avança na periferia, promovendo por vezes industrializações impen-sáveis sem a revolução socialista. O Estado, neste caso, faz aquilo que a burguesia nacional, inexistente ou incipiente, não poderia fazer. Em outros casos, como na América Latina, esse voluntarismo industrializante do Estado se deu, sem a revolução socialista, a favor da burguesia nacional e de sua associação com o capital internacional e com o próprio Estado. As semelhanças entre essas duas soluções para a industrialização pesada, aparentemente opostas, deveriam ser estudadas com maior cuidado. Em todos os casos, inclusive no dos países capitalistas mais desenvolvidos, o século XX é o século da expansão do Estado. No primeiro mundo, em especial, o *Welfare State*, aliado às políticas keynesianas de garantia do pleno emprego através do gasto público são capazes de contrarrestar a tendência embutida na lei geral da acumulação capitalista durante os

Esta digressão sobre a lei geral da acumulação capitalista apenas exemplifica a adequação do referencial marxiano à compreensão da situação atual do sistema.

trinta anos posteriores à Segunda Guerra Mundial²¹.

A partir da crise iniciada nos anos 70 essa situação se inverte: o Estado recua, a mudança estrutural se acelera, o desemprego cresce, a miséria avança. Uma miséria fundamentalmente urbana nos principais países capitalistas e nos grandes países industrializados da periferia. A lei geral se impõe então com toda a violência, ameaçando a estabilidade do sistema em nível mundial. É claro que sempre se pode pensar em um novo quadro regulador, onde a ação do Estado poderá contrarrestar novamente as tendências mais perturbadoras. Essa parece ser, no entanto, uma possibilidade cada vez mais remota pois a globalização econômica reduz brutalmente a capacidade de ação do Estado nacional, especialmente no que se refere ao controle sobre o capital financeiro, elemento perturbador principal.

Nessas condições, a análise marxiana do capitalismo mostra-se da maior atualidade, mesmo que, para ser corretamente explorada, seja necessário reler Marx com os olhos postos no século XXI e não, obviamente, no XIX.²² Esta digressão sobre a lei geral da acumulação capitalista apenas exemplifica a adequação do referencial marxiano à compreensão da situação atual do sistema. A consideração da globalização não causa qualquer dificuldade, posto que a análise de Marx do capitalismo feita na sua obra maior está referida ao capital em geral, sendo portanto válida tanto para o estudo de casos nacionais quanto do sistema como um todo. É claro que a consideração de situações concretas como essas, exige o aperfeiçoamento do instrumental,

o que hoje passa essencialmente pela questão das relações entre Capital e Estado, entre culturas nacionais e cultura capitalista mundializada, entre local e global, espaço e tempo, território e redes, economia e cultura.

Em todo caso, não se pode esquecer a diferença entre as leis e suas formas de manifestação. É preciso, em cada situação, esclarecer

"o modo como as leis imanentes da produção capitalista se manifestam no movimento dos capitais particulares, como se impõe coercivamente na concorrência e surgem na consciência de cada capitalista sob a forma de motivos que o impelem à ação" (Marx, 1867, p. 364).

Seja como for,
"a análise científica da concorrência só é possível depois de se compreender a natureza íntima do capital, do mesmo modo que só podemos entender o movimento aparente dos corpos celestes depois de conhecer seu movimento verdadeiro que não é perceptível aos sentidos" (idem, ibidem).

Todo o desafio reside ainda aí.

Bibliografia

COLLINS, R., N. GARNHAM e G. LOCKSLEY (1988); *The economics of television: the UK case*, Sage, London.

COUTINHO, L. (1992); *A Terceira Revolução Industrial e tecnológica: As Grandes Tendências de Mudanças, Economia e So-*

21. Nos termos do próprio Marx, a lei é "modificada em seu funcionamento" por circunstâncias que obviamente não cabia analisar nos limites do livro primeiro do *Capital*.

22. Um tema para debate é o da maior ou menor adequação do paradigma da Segunda ou Terceira Internacional na situação atual: afinal, vale a tese da aliança das duas (ou três) classes ou a redefinição em curso aponta para uma situação semelhante (ainda que obviamente muito mais complexa) àquela prevista pela velha ortodoxia, marcada pelo amadurecimento da contradição fundamental? Mas, neste caso, que contradição é essa? A hipótese levantada acima aponta para uma redefinição dos termos dessa contradição, tanto pela proletarização do trabalho intelectual e o surgimento do chamado do intelectual parcial, quanto pela "intelectualização" (requerificação) do proletariado tradicional. É a partir daí que se devem pensar as perspectivas de superação do sistema.

cidade, vol. 1, Ago./1992, I.E./UNICAMP, Campinas.

BOLAÑO, C. (1992); Privatização, Mundialização, Trans-Regulação: O Desafio Atual das Telecomunicações, IESP/FUNDAP, São Paulo, mimeo.

_____ (1993); Capital, Estado, Indústria Cultural, I.E./UNICAMP, Campinas, mimeo.

FAUSTO, R. (1987); Marx: Lógica e Política, Tomo II, Brasiliense, São Paulo.

GARNHAM, N. (1979); La cultura como mercancía, in Richeri (1983), La Televisión: entre Servicio Público y Negocio; Gustavo Gili, Barcelona.

_____ (1979 b); Contribution to a political economy of

mass communication, in Garnham, 1990.

_____ (1985); Telecommunications Policy in the United Kingdom, Sage, London.

_____ (1990); Capitalism and Communication: global culture and the economics of information, Sage, London.

GARNHAM, N. e R. WILLIAMS (1986); Pierre Bourdieu and the sociology of culture: an introduction, in Garnham, 1990.

GIRAUD, A. (1989); La dérégulation contre les nations, in Castel et alii (1989), L'ordre communicationnel: les nouvelles technologies de la communication: enjeux et stratégies, La Doc. Française, Paris.

MARX, K. (1867); "O Capital: crítica da Economia Política", Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.

MARRAMAO, G. (1982); Política e "Complexidade": O Estado Tardo-Capitalista como Categoria e como Problema Teórico, in Hobsbawn (1982), História do Marxismo, vol. XII, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

MUSSO, P. e PINEAU, G. (1990); L'Italie et sa télévision, INA, Paris.

ORTIZ, R. (1983); Mundialização e cultura, Brasiliense, São Paulo.

ZALLO, R. (1988); Economía de la comunicación y la cultura, Akal, Madrid.